

Discurso organizacional da Meta e a comunidade LGBTQIAPN+: construção de sentidos e relações de poder¹

Davi Henrique Soares BATISTA²
Andre Roberto Arruda Costa SILVA³
Caroline Delevati COLPO⁴
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Resumo

Este trabalho analisa a recente mudança no discurso organizacional da Meta sobre políticas relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+, evidenciando disputas de sentidos e relações de poder. A pesquisa, de caráter qualitativo, bibliográfico, documental, desenvolve um estudo de caso e investiga as transformações nas políticas de conduta da Meta em 2025. Os resultados revelam como a flexibilização do discurso de ódio pela empresa reflete estratégias políticas e simbólicas que impactam identidades e práticas sociais, contribuindo para debates sobre comunicação organizacional e diversidade.

Palavras-chave: discurso organizacional; construção de sentidos; relações de poder; LGBTQIAPN+; Meta.

Introdução

No dia 7 de janeiro de 2025, a Meta lançou uma atualização em suas políticas sobre condutas de ódio nas redes sociais Facebook, Instagram e Threads. O conteúdo dessas novas políticas, especialmente as relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+⁵, chamou a atenção dos usuários, uma vez que passou a permitir, entre outras coisas, discursos políticos e religiosos que associam doença mental ou anormalidade a pessoas transgêneras ou homossexuais (Meta, 2025a). No mesmo dia, Mark Zuckerberg publicou um vídeo anunciando mudanças no serviço de checagem de fatos do Facebook e Instagram, apelando em sua fala para a liberdade de expressão⁶.

Esses acontecimentos fazem parte de um movimento mais amplo de reformulação do discurso organizacional da Meta, que antes demonstrava apoio a

¹ Trabalho apresentado no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando em Comunicação pelo PPGC/UFPB. E-mail: davihsbatista@gmail.com

³ Graduado em Radialismo pela UFPB. E-mail: andre.costa@academico.ufpb.br

⁴ Profª. Drª. do PPGC/UFPB e do curso de Relações Públicas da UFPB. E-mail: carolinecolpo@gmail.com

⁵ Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros/travestis, queer, intersexo, assexuais, panssexuais, não binários.

⁶ Meta, dona do Instagram e do Facebook, anuncia fim do sistema de checagem de fatos nos EUA:

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/01/07/meta-dona-do-instagram-e-do-facebook-anuncia-fim-do-sistema-de-checagem-de-fatos-nos-eua.ghtml>

iniciativas ligadas à comunidade LGBTQIAPN+. Ozeren (2014) destaca que indivíduos LGBTQIAPN+, frequentemente, enfrentam discriminação em diversas áreas da vida, incluindo saúde, educação e mercado de trabalho. Esses desafios evidenciam a necessidade de analisar como políticas institucionais e discursos organizacionais estão perpassados por disputas de sentidos e de poder.

Essas mudanças nas políticas da Meta representaram uma reconfiguração em seu discurso organizacional. Antes, a organização demonstrava apoio à comunidade LGBTQIAPN+ por meio de campanhas publicitárias, parcerias com organizações de direitos LGBTQIAPN+ e iniciativas voltadas à diversidade. Para compreender como essa mudança discursiva afeta a percepção e o posicionamento da Meta, é importante considerar o papel do discurso na construção de sentidos e das relações de poder.

Nesse contexto, este trabalho propõe uma reflexão sobre as transformações no discurso organizacional realizado pela Meta em relação à comunidade LGBTQIAPN+, considerando as construções de sentidos e as relações de poder envolvidas. Para a elaboração da presente pesquisa, foi realizada inicialmente uma investigação documental do discurso utilizado antes e após a atualização da Meta, com base em portais de notícias e o portal oficial da Meta.

Quanto aos fins, a pesquisa pode ser considerada de caráter descritivo, uma vez que, segundo Bervian (2002), descreve um fenômeno sobre o qual já há conhecimento prévio, neste caso, o discurso utilizado pela Meta. Quanto aos meios, a pesquisa é caracterizada como bibliográfica, documental e de estudo de caso. Além disso, é importante destacar que a presente pesquisa tem caráter qualitativo, por analisar diretamente um estudo de caso, realizado nos meses de maio e junho de 2025.

Discurso, organização, construção de sentidos e relações de poder

O discurso tem sido objeto de pesquisa em diversas áreas, especialmente no campo da Comunicação. Para Foucault (1999), além de representar a realidade, o discurso exerce um papel ativo na construção de sentidos e na sustentação das relações de poder. Isso significa que o discurso não deve ser entendido como um reflexo neutro do mundo, mas sim como um dispositivo que produz verdades, regula comportamentos e define o que é considerado legítimo ou ilegítimo. Compreender o discurso sob essa

perspectiva implica reconhecer a profunda imbricação entre comunicação, poder e construção de sentidos.

As relações de poder, de acordo com Foucault (2008), não se restringem a estruturas formais como governos, instituições ou classes sociais dominantes. Pelo contrário, o poder é algo imanente às relações humanas em geral, sendo manifestado sempre que alguém tenta conduzir a conduta de outro, ou seja, em qualquer tentativa de influência ou direcionamento de comportamento. Essas relações de poder são dinâmicas, móveis e contingentes, podendo se transformar ao longo do tempo. Elas não são essencialmente negativas, mas implicam sempre riscos, pois fazem parte de um campo estratégico constante em que os indivíduos estão inseridos.

No contexto organizacional, Curvello (2008) argumenta que a comunicação desempenha um papel central na construção de sentidos, sendo por meio dos processos comunicacionais que as organizações constroem e sustentam a si mesmas. Em outras palavras, é por meio da comunicação que os sujeitos compartilham significados, constroem realidades e conferem estabilidade, ainda que provisória, às estruturas sociais nas quais estão inseridos.

Enquanto prática simbólica fundamental na constituição das organizações, o discurso ultrapassa a dimensão das mensagens comunicacionais, configurando-se como uma rede de sentidos que atravessa as estruturas, os valores e os modos de funcionamento organizacional. Em um cenário em que a comunicação assume um papel estratégico, compreender o discurso como operador de subjetividades, identidades e relações de poder torna-se essencial para a análise dos fenômenos da comunicação organizacional (Orlandi, 2007).

Bourdieu (2001) observa que o poder simbólico do discurso reside em sua capacidade de fazer crer e de naturalizar determinadas visões de mundo. Assim, ao legitimar certas práticas e excluir outras, o discurso organizacional opera como dispositivo de controle simbólico, ainda que disfarçado sob a aparência de uma neutralidade comunicacional. No ambiente organizacional, essa lógica se manifesta na forma como documentos institucionais, pronunciamentos de líderes, campanhas internas e narrativas⁷ de cultura são construídos. Esses discursos, ao mesmo tempo em que

⁷ Neste trabalho, o termo narrativa refere-se à organização dos sentidos no tempo e na linguagem, sendo compreendido aqui como um arranjo discursivo que estrutura eventos, identidades e posicionamentos em torno de uma lógica, ainda que ideologicamente orientada.

organizam o funcionamento cotidiano da organização, também moldam o comportamento e a autoimagem dos sujeitos que nela atuam (Maingueneau, 2008).

No interior das organizações, os discursos atuam também como mecanismos de estruturação da cultura institucional. Eles carregam memórias, valores e ideologias que são repetidos, reformulados ou disputados em diferentes espaços. Essa circulação discursiva configura uma paisagem simbólica, na qual constrói-se narrativas de pertencimento, autoridade, missão e identidade organizacional (Orlandi, 2007; Fairclough, 2019).

Tais narrativas, longe de serem homogêneas, revelam-se frequentemente como espaços de tensão e disputa de sentidos. Em diferentes níveis hierárquicos e setores da organização, há embates discursivos que revelam interesses divergentes, resistências e ressignificações, sendo essencial a análise desses embates, para compreender as dinâmicas de poder, ideologia e hegemonia que permeiam o processo comunicacional (Fairclough, 2019; van Dijk, 2008).

Como argumenta Charaudeau (2006), a organização estabelece contratos de comunicação que delimitam papéis, expectativas e os modos de dizer permitidos em cada situação discursiva. Esses contratos contribuem para a regulação das relações internas e também orientam o modo como a organização se posiciona perante públicos externos, seja em discursos de responsabilidade social, gestão de crises ou construção de reputação. Quando se trata de minorias sociais, esses contratos podem tanto reproduzir desigualdades, quanto operar como ferramentas de mudança simbólica.

O discurso organizacional é parte constitutiva da própria organização, contribuindo para produzi-la simbolicamente. Ao operar com discursos de liderança, inovação, diversidade ou cidadania, as organizações constroem mundos possíveis, imaginários coletivos e formas de pertencimento. Compreender esses processos discursivos e suas transformações é fundamental não apenas para a análise crítica das organizações, mas também para pensar práticas comunicacionais mais éticas, plurais e democráticas, capazes de tensionar e reconfigurar essas relações de poder.

Movimento LGBTQIAPN+ e discurso de ódio

Desde muito antes de 1969, ano conhecido midiaticamente como o marco inicial da luta LGBTQIAPN+ no mundo, e 1980, ano que marca a resistência organizada da

comunidade no Brasil, o movimento LGBTQIAPN+ vem ganhando protagonismo até hoje, por meio de mobilizações sociais, políticas públicas e da ampliação dos direitos conquistados (Vieira, 2023). Em paralelo a isso, a temática da diversidade sexual e de gênero em espaços de estudos e pesquisas passou a ganhar cada vez mais espaço, tendo um notório crescimento entre o período de 2019 e 2021 (Fraga, 2021). De acordo com Lucena e Santos (2019), um dos causadores para esse aumento foram os movimentos sociais ligados à comunidade e ao interesse de organizações, principalmente privadas, em aderir um discurso de aceitação às diferenças nas suas equipes e seu discurso.

Para Ro e Olson (2020), essa adesão por parte das organizações se deve, na maioria dos casos, ao alto poder de compra desse público no mercado, especialmente porque, ao se associarem a pautas de diversidade e inclusão, as organizações poderiam se diferenciar de outras do mesmo nicho. Porém, apesar do grande debate e espaço que o público LGBTQIAPN+ vem conquistando, ainda são grandes as lacunas e faltas de acesso em diversas áreas. Segundo o Dossiê de Mortes no Brasil, o Brasil configura entre um dos mais violentos do mundo para a comunidade LGBTQIAPN+ e o mais violento para pessoas transsexuais e travestis, além de receberem discursos de ódio vindo de diferentes grupos de repressão contra a comunidade (CNN Brasil, 2023).

De acordo com Freitas e Castro (2013), o discurso de ódio apresenta como principal elemento a expressão do pensamento que desqualifica, humilha e inferioriza indivíduos e/ou grupos sociais. Além disso, o discurso propaga, como objetivo principal, a discriminação em razão da etnia, sexualidade, gênero ou situação econômico, no intuito em promover a exclusão social deste grupo. O objetivo pretendido é humilhar para amedrontar pessoas ou grupos sociais evidenciando que, por suas características específicas, eles não são dignos da mesma participação política (Waldron, 2010).

Para Álvaro (2013), a discriminação vivida pela comunidade LGBTQIAPN+ relacionada à sexualidade e gênero através do discurso de ódio, não afetam somente a própria comunidade, mas também desempenham um papel quanto à manutenção de classes. Além disso, o autor pontua que:

Outra dimensão crucial é a imposição da heteronormatividade, que cria uma hierarquia social onde homens brancos e heterossexuais possuem privilégios, enquanto mulheres negras, lésbicas e pobres

enfrentam opressões mais intensas. Em sociedades heteronormativas, a orientação sexual pode gerar opressões até mesmo dentro da mesma classe social. Um homem pobre e heterossexual, por exemplo, tem mais respeitabilidade do que um homem pobre e gay. Já um homem gay rico, embora sofra opressões, desfruta de privilégios que o homem pobre heterossexual não possui. Assim, dentro do grupo dos "transgressores" da heteronormatividade, há desigualdades acentuadas, especialmente para travestis (Álvaro, 2013, p. 50).

Assumir discursos em defesa da comunidade LGBTQIAPN+ pode gerar benefícios para as organizações, implicando também uma tomada de posição na construção de sentidos. Ao se posicionarem contra os discursos de ódio, que atingem grupos sub-representados, como a comunidade LGBTQIAPN+, em diversos espaços, sobretudo no digital, as organizações participam ativamente das disputas discursivas em torno da temática. No entanto, essa escolha pode gerar resistência por parte de segmentos do público que compartilham visões heteronormativas e excludentes, os quais tendem a rejeitar tais posicionamentos e, por vezes, mobilizam reações negativas como forma de reafirmação de seus valores, podendo levar a mudanças de posicionamento por parte das organizações.

A Meta e a comunidade LGBTQIAPN+

A Meta foi lançada em 4 de fevereiro de 2004, com a rede social Facebook, sendo atualmente a controladora de outras plataformas, como Messenger, Instagram, WhatsApp, Threads, entre outras, somando mais de 3 bilhões de usuários em todo o mundo (Meta, 2025b). Devido à variedade de plataformas oferecidas e ao grande número de usuários ao redor do mundo, a organização possui significativa relevância social, desempenhando um papel crucial não apenas como prestadora de serviços digitais, mas também como agente que influencia debates públicos e políticas relacionadas a diversas temáticas, inclusive aquelas que afetam a comunidade LGBTQIAPN+.

Ao longo desses vinte e um anos de atuação, a Meta adotou diversas iniciativas que demonstravam apoio à comunidade LGBTQIAPN+. Em 2017, por exemplo, o Facebook lançou a reação de arco-íris durante o Mês do Orgulho, permitindo que usuários expressassem apoio à comunidade de forma simbólica na plataforma (Correio Braziliense, 2017). Já em 2022, a Meta se uniu à Associação da Parada do Orgulho

LGBT de São Paulo para oferecer treinamentos gratuitos na 20ª Feira Cultural da Diversidade, auxiliando empreendedores da comunidade e aliados a potencializarem seus negócios.

Todavia, uma atualização das políticas de conduta relacionadas ao discurso de ódio, lançada em 7 de janeiro de 2025, marcou uma mudança de rumo no posicionamento da Meta, ao afirmar: “permitimos alegações de doença mental ou anormalidade quando baseadas em gênero ou orientação sexual, considerando discursos políticos e religiosos sobre transgenerismo e homossexualidade, bem como o uso comum e não literal de termos como ‘esquisito’” (Meta, 2025a).

Conforme Silva (2021), as organizações desenvolvem e implementam estratégias discursivas e comunicacionais para preservar ou ampliar sua relevância na sociedade. Esse fato se torna ainda mais evidente no caso da Meta quando observamos o contexto político dos Estados Unidos no mesmo período, prestes a empossar Donald Trump como o 47º presidente do país. A nível mundial, as plataformas digitais têm enfrentado processos regulatórios, especialmente na Europa⁸.

Segundo Foucault (1996), nas sociedades contemporâneas, as relações de poder se estruturam, fundamentalmente, a partir de relações de força estabelecidas. Nesse sentido, ao flexibilizar suas diretrizes de uso em relação a discursos considerados discriminatórios, a Meta reposiciona seu papel na disputa por sentidos em torno de temas sensíveis, como identidade de gênero e orientação sexual. Tal decisão pode ser interpretada como parte de uma estratégia voltada tanto para atender a determinados grupos políticos quanto para obter benefícios próprios diante de processos como a regulação das plataformas digitais, reforçando correlações de força que atravessam esse contexto.

Quando a Meta afirma permitir alegações que vinculam orientação sexual e identidade de gênero a doença ou anormalidade em contextos religiosos e políticos, abre margem para a validação de discursos que, segundo Bourdieu (2001), atuam como formas de violência simbólica, ou seja, imposições de significados que inferiorizam e silenciam determinados grupos sociais. Tais discursos não são apenas opiniões; são

⁸ Nova regulação de big techs começa a valer na Europa nesta quinta (7); entenda: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/nova-regulacao-de-big-techs-comeca-a-valer-na-europa-nesta-quinta-7-entenda/>

estratégias de poder que operam na constituição de identidades e subjetividades, com efeitos concretos na vida social.

Além disso, como alerta Butler (2024), a linguagem não apenas descreve a realidade, mas a constitui. Ao permitir a circulação de termos estigmatizantes ou associações entre homossexualidade e transtornos mentais, ainda que de forma não literal, a Meta contribui para a repetição de enunciados que constroem e reforçam normas sociais excludentes.

Faz-se evidente, então, um processo discursivo perpassado por construção de sentidos, com fins de manutenção e ampliação do poder. Nesse cenário, a mudança de política da Meta não pode ser vista apenas como uma decisão administrativa ou técnica, mas como um reposicionamento estratégico que mobiliza discursos para acomodar interesses hegemônicos, mesmo que isso implique abrir espaço para enunciados que fragilizam lutas históricas por reconhecimento e dignidade.

Considerações finais

A reflexão aqui desenvolvida revela como o discurso organizacional da Meta está atravessado por disputas simbólicas, tensionamentos sociais e interesses estratégicos. A mudança recente em suas políticas revela uma inflexão discursiva significativa. Tal movimento, longe de ser neutro ou puramente técnico, deve ser interpretado como uma operação de poder, na qual a organização reconfigura sua imagem pública para atender a correlações de força vigentes, sejam elas políticas, econômicas ou regulatórias.

Essa inflexão aponta para o papel ambíguo das organizações nas lutas sociais contemporâneas: ao mesmo tempo em que podem atuar como aliadas na promoção da diversidade e dos direitos humanos, também podem instrumentalizar esses discursos conforme interesses institucionais e contextos políticos. Ao flexibilizar os limites do discurso de ódio, a Meta contribui para a legitimação simbólica de narrativas que historicamente marginalizam corpos dissidentes, ainda que tente justificar tais permissões em nome da liberdade de expressão.

O caso analisado também reforça a centralidade do discurso na constituição das organizações, na mediação de suas relações com os públicos e na reprodução, ou contestação, de estruturas sociais desiguais. Compreender os discursos como práticas

sociais situadas permite desnaturalizar suas estratégias e implicações, revelando como as narrativas organizacionais são instrumentos de poder que tanto constroem identidades quanto estabelecem fronteiras simbólicas.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CORREIO BRAZILIENSE. *Reaja com Orgulho*: Facebook lança campanha em apoio à causa LGBT. 6 jun. 2017. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2017/06/06/interna_mundo,600651/facebook-apoia-lgbt.shtml. Acesso em: 12 fev. 2025.

CURVELLO, João José Azevedo. A dimensão interna da comunicação pública. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008, Natal. *Anais* [...] São Paulo: Intercom, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/r3-2065-1.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2025.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*: volume I – arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREITAS, Riva Sobrado; CASTRO, Matheus Felipe. *Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio*: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. Sequência Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, v. 34, n. 66, p. 327–355, 2013.

MAIA, L. P. *et al.* Movimento LGBT: breve contexto histórico e o movimento na região do Cariri. *Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia, [S.l.]*, v. 1, n. 3, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (Org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11 – 29.

META. *Associação da Parada Orgulho LGBT de São Paulo e Meta se unem para apoiar empreendedores da comunidade* [online]: 2022. 12 jun. 2022. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/business/news/parada-orgulho-lgbt-2022>. Acesso em: 12 fev. 2025.

META. *Conduta de ódio* [online]: 2025a. Disponível em: <https://transparency.meta.com/pt-br/policies/community-standards/hate-speech/>. Acesso em: 15 mai. 2025.

META. *Informações, cultura e princípios da empresa* [online]: 2025b. Disponível em: <https://www.meta.com/pt-br/about/company-info/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; AMARAL, Lara Lucienne Dornas. Discurso organizacional: presença de poder e sentidos na busca de legitimidade. *Organicom*, São Paulo, Brasil, v. 18, n. 36, p. 28–39, 2021. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2021.186805.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007.

OZEREN, E. Sexual orientation discrimination in the workplace: a systematic review of literature. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, Union States, v. 109, p. 1203-1215, 2014.

SEVERO, L. F. *Sequência didática para o ensino da sigla LGBTQIA+ a partir de recortes da série Heartstopper*. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Urutaí, Urutaí, 2024. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Aparecida Siqueira Silva.

SILVA, Magno Vieira da. Compreendendo o discurso organizacional: características, materialidades e materializações. *Organicom*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 15–27, 2021. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2021.185771.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN MEER, M. M.; POLLMANN, M. M. H. Media representations of Lesbians, Gay Men, and Bisexuals on Dutch television and people's stereotypes and attitudes about LGBs. *Sexuality & Culture*, [S.l.], v. 26, n. 2, p. 640-664, 2022.

VIEIRA, Willian. Linha do tempo: direitos LGBT no Brasil e no mundo. *Gama Revista*, 2023. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/semana/orgulho-de-que/linha-do-tempo-direitos-lgbt-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

WALDRON, Jeremy. *Dignity and defamation: the visibility of hate*. Harvard Law Review, v. 123, n. 1.596, p. 1.597-1.657, 2010.